

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Diagnóstico Técnico da área de estudo da APAMLS, os aspectos mais relevantes destacados para o Meio Físico foram o aporte fluvial e estuarino, a dinâmica sedimentar suscetível e com alto poder transformador da fisiografia costeira, além da boa qualidade ambiental. Para o Meio Biótico, foi ressaltada a cadeia trófica marinha complexa, com grande relevância da diversidade e abundância da ictiofauna, incluindo espécies de interesse econômico e ameaçadas, além de predadores de topo, com forte influência do ambiente estuarino e do ecossistema manguezal como abrigo e berçário. Os ambientes insulares também foram salientados como portadores e atratores de biodiversidade. Finalmente, para o Meio Socioeconômico, a economia local baseada na atividade pesqueira e turística, a carência de infraestrutura e de ordenamento para garantir os múltiplos usos de forma sustentável, além da presença de comunidades tradicionais mereceram maior atenção.

Uma importante vulnerabilidade ambiental diagnosticada nesse estudo refere-se ao fato do ambiente costeiro que engloba a APAMLS se relacionar intrinsecamente com o ambiente estuarino adjacente, na medida em que fontes de ameaças presentes no primeiro provocam impactos que se refletem no segundo e vice-versa. Também há forte influência sobre a zona costeira das transformações ocorridas na Ilha Comprida. Outra vulnerabilidade apontada no DT seria a proximidade das ilhas da APAMLS em relação ao continente, que aumenta os riscos de impacto sobre a riqueza biológica associada a esses ambientes insulares. Ainda, sendo o Litoral Sul constituído por um mosaico de Unidades de Conservação e, devido à ausência de importantes órgãos relacionados à gestão do ambiente marinho (Ex. Marinha do Brasil, IBAMA, MMA e MAPA) na região, torna-se evidente a fragilidade da falta de sinergia na gestão e na atuação dos diferentes órgãos gestores, reguladores e fiscalizadores nesse contexto.

Dentre as ameaças mais prementes para a conservação da APAMLS, podem ser citadas a expansão da ocupação humana e a atividade turística desordenadas, a poluição, o aporte de água doce e sedimentos do Valo Grande, a sobreexploração dos recursos pesqueiros, além da falta de ordenamento em relação aos usos múltiplos e de fiscalização (principalmente nas ilhas), que geram conflitos de interesses sociais.

Apesar dessas pressões, o estado de conservação dos habitats, tanto no ambiente costeiro quanto no insular, em geral, ainda é bom, porém com focos de deterioração ou impacto em alguns ambientes sensíveis, como ilhas, barras, praias e manguezais.

Dentro da área de estudo, destacaram-se como áreas críticas, isto é, que demandam maiores esforços de monitoramento e recuperação, a Ponta Norte e as áreas costeiras próximas aos núcleos urbanos da Ilha Comprida, e as ilhas do Bom Abrigo e Castilho. Quanto às áreas consideradas prioritárias à preservação, foram citadas as barras de Icapara, do Ribeira e de Cananeia, as demais ilhas (Cambriú e Figueira), o Parcel do Una, os costões rochosos da Jureia (na Ponta da Juréia e Ponta do Grajaúna), da Ilha do Cardoso (na Ponta do Itacuruçá, Foles, Cambriú e Marujá), as praias mais preservadas da Ilha Comprida, além da zona costeira rasa.

O DT revelou como possível cenário futuro para a região, caso não sejam empenhados novos esforços de preservação e recuperação na APAMLS, a degradação ambiental progressiva, começando pelos ambientes mais sensíveis até atingir os habitats e ecossistemas de maneira generalizada, com todas as consequências negativas decorrentes desse processo sobre a biodiversidade e a qualidade de vida das comunidades locais. Já a implementação de ações corretivas e preventivas mais urgentes, aliada ao apoio e execução de programas de longo prazo, tanto de pesquisa, quanto de monitoramento e conservação, poderá permitir os usos sustentáveis e a realização das vocações regionais.

A partir desse diagnóstico ambiental completo da área de estudo, do levantamento das vulnerabilidades, riscos e ameaças a que a APAMLS está submetida, e do prognóstico de cenários futuros com e sem a prática de ações de gestão, foram então propostos temas estratégicos e indicadores para um melhor planejamento e acompanhamento dessas ações, como o monitoramento integrado da qualidade da água e dos sedimentos, o diagnóstico da cadeia trófica em ambientes recifais de ilhas e parcéis, o estudo do ciclo de vida de espécies-alvo de peixes na região costeira e nas barras, o monitoramento da atividade pesqueira profissional e amadora, o monitoramento de sítios reprodutivos de aves, o monitoramento de fragmentos vegetacionais e demais áreas de concentração de aves, herpetofauna e mastofauna terrestres, o monitoramento da captura incidental de quelônios, cetáceos e aves, o monitoramento de praias para atendimento e registro de encalhes de quelônios, cetáceos e aves e o monitoramento da ocupação urbana e da atividade turística.

Apesar da presença de instituições de pesquisa, ONGs, empresas de serviços ambientais, a região ainda é considerada pouco conhecida e estudada, com atualização insuficiente do conhecimento técnico-acadêmico e muitas lacunas de conhecimento, por exemplo: longas séries temporais de dados físicos, químicos, biológicos ou socioeconômicos; medição da influência do aporte do Valo Grande sobre os ecossistemas estuarino e costeiro e tendência de alteração; pesquisa básica sobre a fauna e a flora locais - distribuição, índices ecológicos, aspectos relevantes do ciclo de vida e etologia, sobretudo nas ilhas; informações relacionadas a interações e impactos antrópicos sobre os ecossistemas e a biota; inventário de espécies exóticas e invasoras; estudos de capacidade-suporte e de risco ecológico associados aos usos atuais e futuros na área; efeitos atuais e futuros das mudanças climáticas; valoração econômica de produtos e serviços ecossistêmicos; mapeamento de *stakeholders*, comunidades tradicionais, equipamentos e recursos extraídos; estudos sobre patrimônio cultural imaterial.

As principais características socioambientais da área, analisadas conjuntamente com as ameaças e as lacunas de informação diagnosticadas, suscitam o levantamento de uma série de potencialidades e oportunidades para a APAMLS, relacionadas à gestão costeira (maior articulação e participação nas esferas da administração pública, na regulamentação do planejamento urbano, em campanhas de sensibilização e educação ambiental), às atividades de pesca, extrativismo e maricultura (certificações, avaliação de projetos, parcerias, ordenamento participativo), ao turismo (planejamento, treinamento, apoio a eventos, difusão de boas práticas), aos ecossistemas e à biodiversidade (recuperação, programas de pesquisa, medidas voltadas às mudanças climáticas, incentivo a atividades sustentáveis e que promovam a biodiversidade), com maior participação da população, envolvimento de atores sociais, instituições públicas e privadas e comunidade científica.

Finalmente, dentre as maiores contribuições para o planejamento da UC advindas dessa avaliação detalhada, o DT revelou que uma grande dificuldade na gestão da APAMLS reside no controle das fontes de impacto externas à sua área de atuação direta, sendo necessária a articulação com outras autoridades e gestores, o fortalecimento de instrumentos regulatórios abrangentes e a coordenação de esforços de fiscalização, além do monitoramento integrado dos resultados dessas ações e da disponibilização de informações em plataformas digitais de fácil acesso ao público e atualização pelos gestores. Mostrou ainda ser imprescindível a sintonia com os objetivos e Planos de Manejo das demais UCs presentes na região e que os avanços na conservação da APAMLS deverão se desenvolver paralelamente com os avanços na conservação do sistema estuarino e região de entorno, já que seus ambientes estão interligados.

Observa-se que, para garantir os ambiciosos objetivos que sustentam a sua existência, a APAMLS não depende unicamente do seu poder de gestão interna do território, mas principalmente de uma inserção

efetiva no contexto dos diversos foros e competências que afetam direta e indiretamente a unidade. Grande parte dos diversos impactos, ameaças e fragilidades encontrados no DT, vêm de ações e de competências externas da própria SMA, Prefeituras, IBAMA, Comitê de Bacias Hidrográficas, Zoneamento Ecológico Econômico, dentre muitos outros. Além disso, quanto às suas competências diretas, observa-se a necessidade fundamental do empoderamento interno da APAMLS para que possa minimamente sustentar suas metas de conservação e uso sustentável, sob risco de perdas severas na integridade dos ambientes e usos, como apresentado nos prognósticos do presente DT.